

**BALANÇO**

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

CNPJ no 26.461.699/0001-80

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Até o 2º Trimestre de 2022

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>		1.550.321	1.974.713
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.1	350.703	297.037
Aplicações Financeiras		1.077	1.036
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		306.438	260.558
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		43.188	35.443
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	5	4.454	20.382
Clientes	5.1	4.454	20.382
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		4.454	20.382
Fat. Dupl. a Rec. - Estoque Regulador PGPM		0	16.056
Fat. Dupl. a Rec. - Mercado de Opções		0	862
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		4.766	3.814
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(312)	(350)
<b>DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO</b>	6	883.792	1.427.382
Adiantamentos Concedidos	6.1	23.717	4.844
Adiantamentos a Pessoal		23.717	4.844
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	171.059	153.651
Créditos Tributários		171.059	153.651
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	689.016	1.268.887
Aluguéis a Receber		1	0
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo		1	0
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais		34	1.048
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		186	278
Créditos a Rec. por Alienação de Bens MÓV/Imóveis		5.499	2.670
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		50.232	44.785
Recursos da União		341.026	386.402
Créditos Parcelados		2.002	3.443
Créditos a Receber p/Cessão de Créditos pela União		290.035	830.261
<b>ESTOQUES</b>	7	309.643	230.872
Mercadorias para Revenda		212.948	113.815
Materiais em Trânsito		3.065	331
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros		1.730	1.436
Estoques para Doação e/ou Permuta		1	6
Compra Antecipada - Entrega Futura		91.899	115.284
<b>ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO</b>		0	(964)
Ativos a Classificar - RPNP em Liquidação		0	(964)
<b>VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>	8	1.729	4
Despesas Antecipadas		1.729	4
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		1.539.456	1.435.312
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		1.412.099	1.302.663
Créditos a Longo Prazo		29	31
Clientes	5.2	29	31
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		29	31
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		29	31
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.4	1.412.070	1.302.632
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		5	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		46.640	46.309
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.365.425	1.256.317
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.325.071	1.225.353
Créditos a Receber por Alienação de Bens MÓV./Imóveis		22.836	14.760
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.192	2.802
Duplicatas e Títulos em Contencioso		24	25
Créditos Parcelados		15.326	13.395
Títulos a Receber		69	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações		0	509
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(93)	(647)
<b>INVESTIMENTOS</b>	4.5	6.287	6.258
Participações Permanentes		4.290	4.261
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.844	14.844
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(10.554)	(10.583)
Propriedades para Investimento		1.995	1.995
Bens Imóveis não Destinados a Uso		2.850	2.850
(-)Depreciação Acumul. Invest. - Cons. Propriedades		(855)	(855)
Demais Investimentos Permanentes		2	2

Continua

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2022	31/12/2021
Demais Investimentos Permanentes		2	2
<b>IMOBILIZADO</b>	4.7	120.926	126.162
Bens Móveis		8.182	8.846
Bens Móveis		111.130	110.831
(-)Depreciações		(102.860)	(101.897)
(-)Redução ao Vr. Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(88)	(88)
Bens Imóveis		112.744	117.316
Bens Imóveis		333.486	337.674
(-)Depreciações		(219.971)	(219.782)
(-)Amortizações		(771)	(576)
<b>INTANGÍVEL</b>	4.7.1	144	229
<b>TOTAL</b>		3.089.777	3.410.025

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>	9	1.418.281	1.885.637
<b>OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR</b>	9.1	133.188	109.791
Pessoal a Pagar		97.906	78.207
Benefícios Assistenciais		507	407
Encargos Sociais a Pagar		34.776	31.178
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	9.2	647.698	564.800
Operações Especiais		647.698	564.800
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>		637.395	1.211.046
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	15.431	44.431
Fornecedores Nacionais		1.445	8.638
Contas a Pagar Credores Nacionais		13.986	35.793
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	18.659	1.803
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		3.731	1.803
Provisão para IRPJ e CSLL		14.928	0
Demais Obrigações a Curto Prazo		603.305	1.164.812
Adiantamentos de Clientes	9.5	12	529
Consignações	9.7	13.173	13.088
Depósitos e Cauções Recebidos	9.7	4.251	14.836
Indenizações, Restituições e Compensações	9.7	594	10.502
Diárias a Pagar	9.7	30	15
Entidades Credoras	9.6	131.065	124.833
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.7	1.736	1.736
Valores em Trânsito Exigíveis	9.7	21	127
Entidades Privadas	9.8	42.210	86.434
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	9.9	410.213	913.930
Passivos em Liquidação a Classificar	9.7	0	(1.218)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		1.327.995	1.229.598
<b>FORNECEDORES A LONGO PRAZO</b>	9.3.2	63	61
Contas a Pagar Credores Nacionais		63	61
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	10	338.549	324.989
Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder		1.876	0
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		265.663	258.833
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		30.358	31.874
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		40.652	34.282
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>	11	989.383	904.548
Depósitos e Cauções Recebidos		652	652
Precatórios de Terceiros		2.033	2.033
Entidades Privadas de Previdência		986.698	901.863
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	343.501	294.790
Capital	12.1	302.801	302.801
Resultados Acumulados		40.700	(8.011)
Lucros e Prejuízos Acumulados do Exercício		0	(8.011)
Lucros e Prejuízos Acumulados Exercício Anterior		(8.011)	0
Resultado do Período		48.711	0
<b>TOTAL</b>		3.089.777	3.410.025

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE**

Até o 2º Trimestre de 2022 e 2021

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		30/06/2022	30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1	60.360	102.938	31.765	54.082
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		41.183	88.742	22.022	46.171
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	87.914	118.166	43.062	62.147
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.4	46.731	29.424	21.040	15.976
LUCRO BRUTO	14.5	19.177	14.196	9.743	7.911
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.6	567.327	578.177	276.513	291.957
(-)DESPESAS DE PESSOAL		484.628	483.082	229.768	244.890
Remuneração a Pessoal		231.618	252.702	122.479	129.546
Sentenças Judiciais		24.798	13.155	7.948	6.764
Obrigações Patronais		91.180	88.802	43.945	45.394
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		54.387	50.253	27.553	25.371
Benefícios a Pessoal		22.044	23.080	11.182	11.407
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		60.601	55.090	16.661	26.408
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		82.699	95.095	46.745	47.067
Consumo de Materiais		5.094	1.804	1.969	1.053
Diárias		1.353	1.385	966	972
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		622	741	355	404
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		68.600	58.623	40.861	33.636
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.287	7.140	2.777	1.967
Outras Despesas Operacionais		743	25.402	(183)	9.035

Continua

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		30/06/2022	30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.7	40.035	44.707	17.351	16.196
Multas e Juros de Mora		1.119	797	658	572
Indenizações e Restituições		5.325	2.257	3.732	1.121
Receitas de Valores Mobiliários		27	101	25	38
Receitas Diversas		33.564	41.552	12.936	14.465
(+)OUTROS RESULTADOS	14.8	13.810	1.119	(3)	1
Alienação de Bens Móveis		(1)	1	(1)	1
Alienação de Bens Imóveis		15.636	0	0	0
Desincorporação de Ativos		(1.825)	1.118	(2)	0
RESULTADO ANTES DAS DESP. E RECEITAS FINANCEIRAS		(494.305)	(518.155)	(249.422)	(267.849)
(+/-)RESULTADO FINANCEIRO	14.9	2.197	1.822	1.297	1.405
Despesas Financeiras		(7)	(20)	(6)	(18)
Receitas Financeiras		2.204	1.842	1.303	1.423
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(492.108)	(516.333)	(248.125)	(266.444)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.10	555.747	519.940	252.451	257.619
Repasse Recebidos para Custeio/ Pessoal		555.747	519.940	252.451	257.619
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		63.639	3.607	4.326	(8.825)
Imposto de Renda		10.902	0	760	0
Contribuição Social S/o Lucro Líquido		4.026	0	283	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	48.711	3.607	3.283	(8.825)
LUCRO POR AÇÃO		26,19	1,94	1,77	(4,74)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

2º Trimestre 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	30/06/2022	%	30/06/2021	%
1.RECEITAS	78.743	14,07	105.296	21,25
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	64.934	11,60	104.177	21,02
1.2 - Outras Receitas	13.809	2,47	1.119	0,23
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	113.391	20,26	171.783	34,66
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	41.183	7,36	88.742	17,91
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	72.208	12,90	83.041	16,76
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(34.648)	(6,19)	(66.487)	(13,42)
4.RETENÇÕES	3.747	0,67	4.426	0,89
4.1 - Depreciação e Amortização	3.747	0,67	4.426	0,89
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(38.395)	(6,86)	(70.913)	(14,31)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	597.988	106,86	566.489	114,31
6.1 - Receitas Diversas	40.037	7,15	44.707	9,02
6.2 - Receitas Financeiras	2.204	0,39	1.842	0,37
6.3 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	555.747	99,31	519.940	104,92
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	559.593	100,00	495.576	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	559.593	100,00	495.576	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	484.628	86,60	483.083	97,48
Total	484.628	86,60	483.083	97,48
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	25.790	4,61	8.379	1,69
Total	25.790	4,61	8.379	1,69
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	464	0,08	507	0,10
Total	464	0,08	507	0,10
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	48.711	8,70	3.607	0,73
Total	48.711	8,70	3.607	0,73

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Até o 2º Trimestre 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL		DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2022	30/06/2021			30/06/2022	30/06/2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				<b>Consignações e Fornecedores</b>			
Lucro Líquido do Período		48.711	3.607			(28.912)	(209.696)
Ajustes por:				Depósitos e Cauções Recebidos		(10.585)	(2.175)
Depreciações e Amortizações		3.747	4.426	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		13.560	(6.615)
Alienação de Bens		(1.310)	0	Entidades Credoras		6.232	(1.096)
IRPJ e CSLL sobre o Resultado do Período		14.928	0	Adiantamentos de Clientes		(516)	236
Desincorporação por Cessão de Bens Cedidos		1.823	0	Recursos Vinculados		(331)	11.830
Outras Baixas de Bens		2	0	Passivos em Liquidação a Classificar		1.218	0
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		(29)	758	Transferências Financeiras a Comprovar - TED		(503.718)	161.977
Resultado em Investimentos		0	(1.118)	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	13.1	52.607	76.219
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado – Móveis		0	84	<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
		19.161	4.150	Aplicações no Imobilizado e Intangível		(533)	(1.107)
<b>Variações de Ativos e Passivos</b>		<b>(15.265)</b>	<b>68.462</b>	Recebimentos por Resgate de Títulos		0	2.228
Clientes e Outros Créd. a Receber e Valores a Pagar		527.304	(1.844)	Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes		1.592	0
Créditos Tributários		(346)	(368)	<b>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	13.2	1.059	1.121
IR e CSLL a Recuperar/Compensar		(15.133)	(766)	<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Encargos Sociais a Pagar		3.598	6.913	<b>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	13.3	0	0
Adiantamentos e Pessoal a Pagar		(9.073)	15.418	<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>		53.666	77.340
Despesas Antecipadas		(1.725)	(1)	<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	13.4	53.666	77.340
Operações Especiais e Estoques		4.126	94.649	No Início do Exercício		297.037	238.995
Ativos a Classificar		(964)	0	No Final do Exercício		350.703	316.335

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Até o 2º trimestre de 2022 e 2021

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		30/06/2022	30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		48.711	3.607	3.283	(8.825)
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0	0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		48.711	3.607	3.283	(8.825)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Até o 2º Trimestre de 2022 – 2021

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	302.801	19.196	138	0	322.135
RESULTADO DO PERÍODO				3.607	3.607
Saldo em 30 de junho de 2021	302.801	19.196	138	3.607	325.742
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(30.952)	(30.952)
ABSORÇÃO DO PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(19.196)	(138)	19.334	0
Saldo em 31 de dezembro de 2021	302.801	0	0	(8.011)	294.790
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	302.801	0	0	(8.011)	294.790
RESULTADO DO PERÍODO				48.711	48.711
Saldo em 30 de junho de 2022	302.801	0	0	40.700	343.501

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO**

Diretor-Presidente

RESPONDENDO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS E POLÍTICAS  
AGRÍCOLAS  
PORTARIA Nº 331/2022**BRUNO SCALON CORDEIRO**

Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCUS VINICIUS MORELLI**

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

RESPONDENDO PELA DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO  
PORTARIA Nº 363/2022**ELINALDO DA ROCHA**

Superintendente de Contabilidade

CONTADOR CRC DF 025579/O-7 CPF:606269501-63

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Até o 2º Trimestre/2022

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
03	Alterações na Legislação Societária	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
05	Créditos a Curto e Longo Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
06	Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo	18	Diversos Responsáveis em Apuração
07	Estoques	19	Ativos Contingentes
08	Despesas Antecipadas	20	Contingências Passivas
09	Endividamento	21	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
11	Demais Obrigações a Longo Prazo	23	Repasse e Termos de Execução Descentralizada TED
12	Patrimônio Líquido	24	Outros Assuntos

**Nota 1. Contexto Operacional**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras, com 126 armazéns destinados à prestação de serviços de pesagem, limpeza, secagem e armazenamento de produtos agrícolas.

**Nota 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei nº 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações contábeis, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas aos estoques e contas a receber, foram

quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

**Nota 3. Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

**Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: O total de R\$350.703 mil, refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de julho/2022, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada - TED e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 30 de junho de 2022 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional e a avaliação desses estoques é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de junho de 2022, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5 Investimentos: O total de R\$6.287 mil, está representado pelos valores das participações permanentes registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes (a Conab não possui investimentos em outras sociedades), bem como as propriedades para investimentos, relativas a imóveis alugados e com contrato de concessão além de títulos e valores mobiliários permanentes.

4.5.1 Participações Permanentes: O total de R\$4.290 mil, refere-se às participações permanentes, deduzido do valor provisionado de R\$10.554 mil, até 30 de junho de 2022, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Participações permanentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2022
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2021	14.844
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(10.554)
Saldo em 30 de junho de 2022	4.290

Fonte: Conab.

4.5.2 Propriedades para Investimento: O total de R\$1.995 mil, refere-se a bens imóveis não utilizados nas atividades operacionais da Companhia (alugados e com cessão de uso).

Tabela 2 - Propriedades para investimento - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2022
Propriedades para Investimento - saldo em 31/12/2021	2.850
(-) Deprec. Acumul. Invest. – Cons. Propriedades	(855)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.995

Fonte: Conab.

4.5.3 Títulos e Valores Mobiliários Permanentes: O total de R\$2 mil, compreende investimentos em Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, sob a guarda do Banco do Brasil S/A.

Tabela 3 - Títulos e valores mobiliários permanentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2022
Títulos e Valores Mobiliários - saldo em 31/12/2021	2
(-) Movimentação no período	0
Saldo em 30 de junho de 2022	2

Fonte: Conab.

4.6 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7 Imobilizado: O total de R\$120.926 mil, até junho de 2022 (R\$126.162 mil, em 31 de dezembro de 2021). Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. As baixas ocorridas no período são oriundas de alienações, doações, baixas por inservibilidade, por cessão a outros órgãos e outros.

A partir do mês de março de 2022, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme determina o CPC 27, exceto para as edificações. As taxas aplicadas serão revistas anualmente, pela equipe de patrimônio da Companhia adotando as regras do CPC 27, que possibilita a definição da vida útil do ativo com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, ou seja, utilizando o método comparativo. Dessa forma, as taxas utilizadas no mês de junho de 2022, são as seguintes:

Tabela 4 - Taxas de depreciação

Grupo de Bens	Taxa anual	Taxa mensal
Edificações	4,00000000%	0,0033
Equipamentos Industriais	5,00000000%	0,0042
Máquinas Equipamentos e Veículos	6,6666667%	0,0056
Mobiliário em Geral, Peças e Instalações	10,00000000%	0,0083
Peças para Automóveis e Equip. de Informática	20,00000000%	0,0167

Fonte: Conab.

Tabela 5 - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	30.514	342	(74)	30.246
Bens de Informática	37.052	13	(20)	37.059
Móveis e Utensílios	14.292	28	(12)	14.276
Mater. Cultural, Educ. e de Comunicação	611	22	0	589
Veículos	26.889	0	0	26.889
Demais Bens Móveis	1.772	0	0	1.772
<b>Total dos Bens Móveis</b>	<b>111.130</b>	<b>405</b>	<b>(106)</b>	<b>110.831</b>

Fonte: Conab.

Tabela 6 - Bens imóveis - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Imóveis Residenciais/ Comerciais	2.090	0	0	2.090
Edifícios	179.820	0	(2.117)	181.937
Terrenos/Glebas	17.350	0	(1.108)	18.458
Armazéns/Galpões/Silos	102.638	0	(991)	103.629
Salas e Escritórios	863	0	0	863
Instalações	178	0	0	178
Obras em Andamento	13.677	18	0	13.659
Estudos e Projetos	7.142	10	0	7.132
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	9.728	0	0	9.728
<b>Total dos Bens Imóveis</b>	<b>333.486</b>	<b>28</b>	<b>(4.216)</b>	<b>337.674</b>

Fonte: Conab.

Tabela 7 - Depreciação/Amortização - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Depreciação dos Bens Móveis	(102.860)	(1.063)	100	(101.897)
Depreciação dos Bens Imóveis	(219.971)	(2.304)	2115	(219.782)
Amortização dos Bens Imóveis	(771)	(195)	0	(576)
<b>Total a Depreciação/Amortização</b>	<b>(323.602)</b>	<b>(3.562)</b>	<b>2.215</b>	<b>(322.255)</b>

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 8 - Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Softwares Vida Útil Definida	3.111	100	0	3.011
(-) Amortização	(2.967)	(185)	0	(2.782)
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>(85)</b>	<b>0</b>	<b>229</b>

Fonte: Conab.

#### 4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

##### 4.8.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis

Foi efetuado registro no total de R\$88 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 30 de junho de 2022, conforme testes de impairment, realizados na Matriz e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

##### 4.8.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis

No exercício de 2020, foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 185 imóveis distribuídos em cerca de 140 municípios.

Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 no bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua decrepitude.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontravam-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

Em 27/06/2022, com a geração de processo SEI, foi dado início aos trabalhos, com o objetivo de avaliar e estimar a vida útil real dos bens edificações e adequar as taxas de depreciação, bem como viabilizar a emissão de relatórios necessários às contabilizações, como forma de cumprir o que recomenda o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

##### 4.9 Reconhecimento da Receita:

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

##### 4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo

Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cíveis, consideradas como de prováveis desembolsos futuros da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do CPC 25.

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas.

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB citada).

#### Nota 5. Créditos a Curto e Longo Prazo

O total no curto e longo prazo, até 30 de junho de 2022, está representado pelo montante de R\$4.483 mil (R\$20.413 mil, em 31 de dezembro de 2021), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguel e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$4.795 mil, deduzido do valor de R\$312 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 30 de junho de 2022.

Tabela 9 - Clientes -Curto Prazo Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Até Dezembro/2021
Fat. Dupl. a Rec. – Estoques Reg. - PGPM	0	16.056
Fat. Dupl. a Rec. – Mercado de Opções	0	862
Fat. Dupl. a Rec. – Prestação de Serviços	4.766	3.814
(-)Ajustes Perdas Demais Créd. e Valores	(312)	(350)
<b>Subtotal</b>	<b>4.454</b>	<b>20.382</b>

Fonte: Conab

Tabela 10 - Clientes - Longo Prazo Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Até Dezembro/2021
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços.	29	31
<b>Subtotal</b>	<b>29</b>	<b>31</b>
<b>Total do Curto e Longo Prazo</b>	<b>4.483</b>	<b>20.413</b>

Fonte: Conab.

#### Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo.

O total de R\$883.792 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$1.427.382 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, a seguir:

No longo prazo o saldo de R\$1.412.070 mil, em 30 de junho/2022 (R\$1.302.632 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelos valores citados no subitem 6.4.

##### 6.1 Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$23.717 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$4.844 mil, em 31 de dezembro de 2021), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem e suprimento de fundos - adiantamento, conforme segue:

Tabela 11 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Adiantamentos a Pessoal	23.717	4.844
Total	23.717	4.844

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 12 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
ICMS a Recuperar/Compensar/Diferido	152.023	149.764
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	19.026	3.880
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	10	7
Total de Créditos Tributários Circulante	171.059	153.651

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto no Convênio ICMS nº 156, de 18 de dezembro de 2015.

Em 2017, após diversos estudos, a Conab mudou a forma de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, adotando-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR e Livro de Apuração da Contribuição Social – LACS para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Até 30 de junho de 2022, após as inclusões das adições obrigatórias, bem como das exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Lucro Fiscal de R\$63.900 mil, gerando um valor provisionado, título de IRPJ e CSLL no total de R\$14.928 mil, conforme quadro abaixo:

Tabela 13 - Adições obrigatórias - em R\$mil

Descrição	IRPJ		CSLL	
	2022	2021	2022	2021
Lucro Antes do IRPJ/CSLL	63.639	3.607	63.639	3.607
Adições	261	235	261	235
Exclusões	0	0	0	0
Lucro Líquido Ajustado	63.900	3.842	63.900	3.842
Compensação Prejuízo Fiscal	19.170	1.152	19.170	1.152
BC Ajustada	44.730	2.690	44.730	2.690
IRPJ/CSLL Apurado	10.902	643	4.026	241
(-) IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	10.142	2.134	3.743	790
IRPJ/CSLL a Recolher/Recuperar	760	(1.491)	283	(549)

Fonte: Conab.

## 6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

Até 30 de junho de 2022, apresenta o total de R\$689.016 mil (R\$1.268.887 mil, em 31 de dezembro de 2021). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros

com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a receber do Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços decorrentes das baixas resultantes das operações governamentais e ativos contingentes por força do CPC 25 itens 31 a 35.

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, pelos recebimentos dos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide nota 9.9).

Tabela 14 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Aluguéis a Receber	1	0
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	1	0
Créditos a Rec. Decor. de Infraç. Leg. e Contratuais	34	1.048
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	186	278
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	5.499	2.670
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Sevidores	50.232	44.785
Recursos da União	341.026	386.402
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	290.035	830.261
Créditos Parcelados	2.002	3.443
Total	689.016	1.268.887

Fonte: Conab.

6.4 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: O saldo de R\$1.412.070 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$1.302.632 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 15 - Demais créditos e valores a longo prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	5	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.640	46.309
Créditos a Rec. por Cessão de Créditos p/ União	1.325.071	1.225.353
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	22.836	14.760
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.192	2.802
Duplicatas e Títulos em Contencioso	24	25
Créditos Parcelados	15.326	13.395
Títulos a Receber	69	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	0	509
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(93)	(647)
Total	1.412.070	1.302.632

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais efetuados, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.325.071 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$1.225.353 mil, em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e pagamentos das sentenças judiciais, conforme composição a seguir:

Tabela 16 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Contrato com o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	988.574	901.863
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	264.361	255.499
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	72.136	67.991
Total	1.325.071	1.225.353

Fonte: Conab.

O total de R\$988.574 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$901.863 mil em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao valor apurado referente obrigações pós-emprego, do plano previdenciário Conab, base 31/12/2021, conforme relatório atuarial apresentado pela empresa contratada e saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

**Nota 7. Estoques**

O total de R\$309.643 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$230.872 mil, em 31 de dezembro de 2021), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos do Programa Agricultura Familiar – PAB, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS e CPR Estoque e apresentam a seguinte composição:

Tabela 17 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Estoques de Mercadorias para Revenda	212.948	113.815
Materiais em Trânsito	3.065	331
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	1.730	1.436
Compra Antecipada – Entrega Futura	91.899	115.284
Estoques para Doação e/ou Permuta	1	6
Total	309.643	230.872

Fonte: Conab.

O total de R\$212.948 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$113.815 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o valor das mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, destinados à formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizada por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/ MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$91.899 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$115.284 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até junho de 2022, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide Nota 9.6).

#### Nota 8. Despesas antecipadas

O total de R\$1.729 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$4 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o saldo de despesas pagas antecipadamente, com assinaturas de periódicos, IPVA, IPTU, taxas de fiscalização e outros.

#### Nota 9. Endividamento

Até 30 de Junho de 2022, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.418.281 mil (R\$1.885.637 mil, até 31 de dezembro de 2021), com a seguinte composição:

9.1 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$133.188 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$109.791 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações, benefícios assistenciais a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de décimo terceiro salário, férias e respectivos encargos sociais.

#### 9.2 Operações Especiais

O total de R\$647.698 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$564.800 mil, até 31 de dezembro de 2021), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recebimentos de créditos, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional.

#### 9.3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e Longo Prazo

O total de R\$15.494 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$44.492 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se a liquidação de despesas com

fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

#### 9.3.1. Fornecedores – Curto Prazo

Tabela 18 – Fornecedores – Curto Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Fornecedores Nacionais	1.445	8.638
Contas a Pagar Credores Nacionais	13.986	35.793
Subtotal	15.431	44.431

Fonte: Conab.

#### 9.3.2. Fornecedores – Longo Prazo

Tabela 19 – Fornecedores – Longo Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Contas a Pagar Credores Nacionais	63	61
Subtotal	63	61
Total do Curto e Longo Prazo	15.494	44.492

Fonte: Conab.

#### 9.4 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$18.659 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$1.803 mil, até 31 de dezembro de 2021), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte e provisão para IRPJ e CSLL, apurada sobre o resultado até o segundo trimestre de 2022, conforme segue:

Tabela 20 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
COFINS a Recolher	1.422	1.445
PIS/PASEP a Recolher	294	345
ICMS a Recolher	681	3
ISS a Recolher	16	6
Recursos Fiscais	4	4
Taxas	19	0
IPTU/TLP a Recolher	253	0
IRPJ e CSLL a Recolher	1.042	0
Provisão p/IRPJ e CSLL	14.928	0
Total	18.659	1.803

Fonte: Conab.

#### 9.5 – Adiantamentos de Clientes

O total de R\$12 mil, em 30 de junho 2022 (R\$529 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

#### 9.6 - Entidades Credoras

O total de R\$131.065 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$124.833 mil, até 31 de dezembro de 2021), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

#### 9.7 – Outras Obrigações

O total de R\$19.805 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$39.086 mil, até 31 de dezembro de 2021), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 21 – Outras obrigações – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Consignações	13.173	13.088
Depósitos e Cauções Recebidos	4.251	14.836
Indenizações, Restituições e Compensações	594	10.502
Diárias a Pagar	30	15
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	1.736	1.736
Valores em Trânsito Exigíveis	21	127
Passivos em Liquidação a Classificar	0	(1.218)
Total	19.805	39.086

Fonte: Conab.

#### 9.8 – Entidades Privada

O total de R\$42.210 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$86.434 mil, até 31 de dezembro de 2021), refere-se ao valor das parcelas vincendas em 2022, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

#### 9.9 – Transferências Financeiras a Comprovar – TED

O total de R\$410.213 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$913.930 mil, até 31 de dezembro de 2021), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos e CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAB) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas, conforme quadro a seguir:

Tabela 22 – Transferências Financeiras a Comprovar – TED – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	410.213	913.930
Total	410.213	913.930

Fonte: Conab.

#### Nota 10. Provisões a Longo Prazo

O total de R\$340.581 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$324.989 mil, até 31 de dezembro/2021), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros, com obrigações pós-emprego do Plano Previdenciário – Conab (CPC 33) e de sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, conforme quadro a seguir:

Tabela 23 – Provisões a Longo Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Provisão para Indenizações Trabalhistas	267.695	258.833
Provisão para Indenizações Tributárias	30.358	31.874
Provisão para Indenizações Cíveis	40.652	34.282
Prov. p/Obrig. Pós-Emprego Plano Previdenciário-Conab	1.876	0
Total	340.581	324.989

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas - decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificadas e outras.

10.2 Provisões para Indenizações Tributárias, referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

10.3 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis, eferentes a ações cíveis, que tem como objeto requerer indenizações de perdas de produtos e outras.

10.4 Provisão para Obrigações pós-emprego, relativo ao Plano Previdenciário - Conab, referente obrigações pós-emprego com a posição na data de 31/12/2021, conforme relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda.

#### Nota 11. Demais Obrigações a Longo Prazo

O total de R\$989.383 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$904.548 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelas rubricas "Precatórios de Terceiros", "Depósitos e Cauções Recebidos" e "Entidades Privadas de Previdência". Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

Tabela 24 – Demais Obrigações a Longo Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Dezembro/2021
Precatório de Terceiros	2.033	2.033
Depósitos e Cauções Recebidos	652	652
Entidades Privadas de Previdência	986.698	901.863
Total	989.383	904.548

Fonte: Conab.

#### Nota 12. Patrimônio Líquido

12.1 - Capital Social: O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

#### 12.2 – Resultado Líquido do Exercício:

Até o segundo trimestre de 2022 a Companhia apurou o lucro de R\$48.711 mil, (R\$3.607 mil, até o segundo trimestre de 2021). Já no período compreendendo entre 01 de abril a 30 de junho de 2022, houve lucro de R\$3.283 mil e no período de 01 de abril a 30 de junho de 2021 o prejuízo foi de R\$8.825 mil.

Estes representam os resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). As operações das atividades governamentais, são contabilizadas em Unidades Gestoras e subórgãos próprios e não geram resultado.

Tabela 25 – Tabela 25 - Resultado Líquido do Exercício – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Resultado Líquido do Exercício	48.711	3.607	3.283	(8.825)
Total	48.711	3.607	3.283	(8.825)

Fonte: Conab.

#### Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 30 de junho de 2022, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$52.607 mil (R\$76.219 mil, até 30 de junho de 2021) e referem-se aos resultados das variações apresentadas até o 2º Trimestre de 2022 - 2021, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até

30 de junho de 2022, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$1.059 mil (R\$1.121 mil, até 30 de junho de 2021) e representam aplicações no imobilizado e intangível e vendas de bens do ativo permanente.

13.3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até 30 de junho de 2022 e mesmo período de 2021, não há saldos nesse grupo.

13.4 - Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$53.666 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$77.340 mil, até 30 de junho de 2021), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa Alimenta Brasil - PAB e formação dos estoques públicos.

#### Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício -DRE

##### 14.1 – Receita Operacional Líquida

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais incluindo as deduções nos 2º Trimestres de 2022 e 2021, foram de R\$60.360 mil e R\$102.938 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$31.765 mil e R\$54.082 mil.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 26 – Receita Operacional Líquida - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Vendas Est. Estratégicos	22.897	88.795	10.214	46.228
Vendas Est. Reguladores-PGPM	21.054	41	13.865	0
Serv. de Armazenagem e Outros	20.984	15.623	10.698	8.835
Ded. Rec. de Vend. e Serviços	(4.575)	(1.521)	(3.012)	(981)
Total	60.360	102.938	31.765	54.082

Fonte: Conab.

##### 14.2 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 2º Trimestre de 2022 e 2021, foram de R\$4.575 mil e R\$1.521 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$3.012 mil e R\$981 mil, conforme segue:

Tabela 27 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
ICMS	2.767	98	2.057	57
ISS	346	196	230	146
PIS/PASEP	261	168	129	119
COFINS	1.201	776	596	550
Descontos Incondicionais	0	281	0	108
Desconto Financeiro Concedido	0	2	0	1
Total	4.575	1.521	3.012	981

Fonte: Conab.

##### 14.3 – Custo das Mercadorias Vendidas

Representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 28 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
CMV	87.914	118.166	43.062	62.147
Total	87.914	118.166	43.062	62.147

Fonte: Conab.

##### 14.4 - Equalização de Preços

Até o 2º Trimestre de 2022, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$46.731 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2021, o valor da Equalização totalizou R\$29.424 mil. A variação foi decorrente do aumento das vendas até o segundo trimestre de 2022. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$21.040 mil e R\$15.976 mil, conforme segue:

Tabela 29 – Equalização de Preços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Equalização de Preços	46.731	29.424	21.040	15.976
Total	46.731	29.424	21.040	15.976

Fonte: Conab.

##### 14.5 – Lucro Bruto

Até o 2º Trimestre de 2022, o Lucro Bruto, apresentou o saldo de R\$19.177 mil (R\$14.196 mil, até o 2º Trimestre de 2021), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$9.743 mil e R\$7.911 mil, conforme segue:

Tabela 30 – Lucro Bruto - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Lucro Bruto	19.177	14.196	9.743	7.911
Total	19.177	14.196	9.743	7.911

Fonte: Conab.

##### 14.6 – Despesas Operacionais

O total de R\$484.629 mil, até 30 de junho de 2022 (R\$483.082 mil até 30 de junho de 2021) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$229.768 e R\$244.890 mil, conforme segue:

Tabela 31 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Remuneração a Pessoal	231.618	252.702	122.479	129.546
Sentenças Judiciais	24.798	13.155	7.948	6.764
Obrigações Patronais	91.180	88.802	43.945	45.394
Contr. Ent. Fec. de Previdência	54.387	50.253	27.553	25.371
Benefícios a Pessoal	22.044	23.080	11.182	11.407
Outras Desp. Var. Pessoal Civil	60.601	55.090	16.661	26.408
<b>Total das Desp. de Pessoal</b>	<b>484.628</b>	<b>483.082</b>	<b>229.768</b>	<b>244.890</b>
Consumo de Materiais	5.094	1.804	1.969	1.053
Diárias	1.353	1.385	966	972
Serv. Téc. Prof.- P. Física	622	741	355	404
Serv. Téc. Prof. – P. Jurídica	68.600	58.623	40.861	33.636
Imp., Taxas e Contr. de Melhoria	6.287	7.140	2.777	1.967
Outras despesas Operacionais	743	25.402	(183)	9.035
<b>Total das Desp. Comerc. e Administrativas</b>	<b>82.699</b>	<b>95.095</b>	<b>46.745</b>	<b>47.067</b>

Fonte: Conab.

#### 14.7 – Receitas Operacionais Diversas

O total de R\$40.036 mil, até 30 de Junho de 2022 (R\$44.707 mil, até 30 de Junho de 2021), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$17.351 mil e R\$16.196 mil, conforme segue:

Tabela 32 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Multas e Juros de Mora	1.119	797	658	572
Indenizações e Restituições	5.325	2.257	3.732	1.121
Receitas de Valores Mobiliários	27	101	25	38
Receitas Diversas	33.564	41.552	12.936	14.465
<b>Total</b>	<b>40.035</b>	<b>44.707</b>	<b>17.351</b>	<b>16.196</b>

Fonte: Conab.

#### 14.8 – Outros Resultados

O total de R\$13.810 mil, até 30 de junho de 2022, representa o valor da alienação de bens móveis e imóveis no Estado do Mato Grosso do Sul e baixa de bens móveis e imóveis cedidos à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Surg/RO). Quanto à desincorporação no valor de R\$1.118 mil, até 30 de junho de 2021, refere-se ao ganho obtido no resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN -P. sob a guarda do Banco do Brasil S/A. Nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, as variações foram de R\$-3 e R\$1 mil.

Tabela 33 – Outros resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre

	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Alienação de Bens Móveis	(1)	1	(1)	1
Alienação de Bens Imóveis	15.636	0	0	0
Desincorporação de Ativos	(1.825)	1.118	(2)	0
<b>Total</b>	<b>13.810</b>	<b>1.119</b>	<b>(3)</b>	<b>1</b>

Fonte: Conab.

#### 14.9 – Resultado Financeiro

O total de R\$2.197 mil, até 30 de Junho de 2022, (R\$1.822 mil, até 30 de Junho de 2021), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualização monetária. Nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$1.297 mil e R\$1.405, conforme segue:

Tabela 34 – Resultado financeiro - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Despesas Financeiras	(7)	(20)	(6)	(18)
Receitas Financeiras	2.204	1.842	1.303	1.423
<b>Total</b>	<b>2.197</b>	<b>1.822</b>	<b>1.297</b>	<b>1.405</b>

Fonte: Conab.

#### 14.10 – Subvenções do Tesouro Nacional

O total de R\$555.747 mil, até 30 de Junho de 2022, (R\$519.940 mil, até 30 de Junho de 2021), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2022 – 2021, os totais apurados foram de R\$252.451 e R\$257.619 mil, conforme segue:

Tabela 35 – Subvenções do Tesouro Nacional - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Até Junho/2022	Junho/2021	01 de abril até junho/2022	1 de abril até junho/2021
Repasse Recebidos para Custeio/Pessoal	555.747	519.940	252.451	257.619
<b>Total</b>	<b>555.747</b>	<b>519.940</b>	<b>252.451</b>	<b>257.619</b>

Fonte: Conab.

#### Nota 15. Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008/NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

#### Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -

DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas na 2017/NBC-TG26(R5) e demonstra as ocorrências até o segundo trimestre de 2022, bem como as modificações até 30 de junho de 2021, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido (Vide Nota 12.3).

#### Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico 2017/NBCT-G26(R5) e nos 2º trimestres de 2022 – 2021, não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

#### Nota 18. Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 30 de Junho de 2022 – 2021, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 36 – Diversos responsáveis em apuração

Exercício	Saldo
Até 30/06/2022	55.650
Até 30/06/2021	53.491

Fonte: Conab.

#### Nota 19. Ativos Contingentes

Os Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, no montante de R\$498.978 mil, em 30 de junho de 2022 (R\$487.710 mil, em 31 de dezembro 2021), conforme quadro a seguir, foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, os quais foram baixados da conta de ativo “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35; e, registrados em contas de controle, para acompanhamento, os quais serão avaliados periodicamente, conforme o item 35 do referido CPC, e aqueles processos judiciais que nos seus desenvolvimentos alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, com expectativa de entrada de benefício econômico, o ativo e os correspondentes ganhos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrerem as mudanças de estimativas. Os casos de benefícios econômicos que se tornarem prováveis, a Conab divulgará na data do balanço o Ativo Contingente, conforme item 89 do CPC 25.

Os valores relativos às Operações Governamentais, além de cumprir os critérios estabelecidos no CPC 25 itens 31 a 35, também são regulados pela Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004, art. 4º alínea c, por essa razão eles estão registrados a receber da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na conta Recursos da União, aguardando as decisões judiciais e caso ocorra desfecho desfavorável os valores das perdas dos processos judiciais poderão ser submetidos à autorização da equalização de preços à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e os processos em que ocorrerem os desfechos favoráveis seguirão os procedimentos estabelecidos na portaria em comento.

Tabela 37 – Ativos Contingentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Até Dezembro/2021
Estoques Estratégicos	17.266	17.275
Atividade Própria	150.955	149.149
Operações Governamentais	308.363	299.565
Unidades PAA	22.394	21.721
<b>Total</b>	<b>498.978</b>	<b>487.710</b>

Fonte: Conab.

## Nota 20. Contingências passivas

### 20.1 Contingências Passivas Possíveis

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009, conforme segue:

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

b) Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 38 – Contingências Passivas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2022	Até Dezembro/2021
Cível	69.758	56.883
Tributárias	39.780	11.491
Trabalhista	61.076	61.920
Total	170.614	130.294

Fonte: Conab.

## Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

### 21.1 Plano de Previdência Complementar

O Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13/03/1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08/03/1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Instituto tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciários aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

A Conab contratou a Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, nome de fantasia Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para validar e calcular as insuficiências atuariais dos planos de benefícios, conforme recomenda o CPC 33 (R1), que após avaliação e análise concluiu que atualização dos valores (correção monetária mais juros) está contemplada no Termo de Adimplemento firmado entre as partes, ratifica-se que o valor contratado da dívida foi apurado mediante cálculos atuariais oriundos da aplicação de bases técnicas consistentes e tecnicamente fundamentadas, auditadas por consultoria externa e que os valores e parâmetros que compõem a planilha de acompanhamento foram recalculados e na conclusão do seu relatório – Parecer Atuarial, acerca do cálculo da dívida da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), patrocinadora do Plano de Benefícios da Conab, junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, atesta a sua pertinência e que a planilha de controle da dívida se encontra corretamente parametrizada, os valores ali incluídos, em particular os percentuais de variação mensal do INPC, estão corretamente reproduzidos, as parcelas mensais atualizadas e o saldo devedor estão, corretamente apurados, de forma que a dívida contratada está sendo, até o momento, efetivamente e adequadamente refletida na mencionada planilha de controle sendo também supervisionada pela Auditoria - Geral da Conab, por meio de Nota Técnica N.º 3, de 29/4/2020, que registra

sua aprovação quanto “à regularidade dos cálculos apresentados, tendo por base o valor apresentado no Termo de Adimplemento assinado pelas duas entidades”.

A empresa de Consultoria Atuarial contratada, para validar o cálculo da dívida e, também, calcular das provisões atuariais dos três Planos, de acordo com a deliberação CVM nº 695/12 e Pronunciamento CPC 33 (R1), concluiu no item Considerações Finais, no Relatório Técnico emitido para cada plano de previdência, na posição de 31/12/2019, que procedeu o cálculo e a avaliação atuarial dos Planos de Benefício Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora é suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cibrius, não restando, por conseguinte, necessidade de provisão nas demonstrações contábeis da Conab, em conformidade ao CPC 33 (R1), não trazendo, nenhum impacto financeiro ao resultado econômico da Conab.

A propósito, cumpre registrar que o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB nº 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento,

que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

No transcorrer das tratativas para a contratação das insuficiências atuariais do serviço passado, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em face do posicionamento do Mapa, sugeriu que, se fosse o caso, a contratação de auditoria atuarial para validação dos cálculos dos débitos de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Em face das restrições orçamentárias e o tempo exigido para o processo licitatório no contexto da Lei 8.666/93, a Conab solicitou ao Cibrius a realização do processo de contratação, na condição de que a Auditoria interna da Conab fizesse o acompanhamento, pari passu, de todas as etapas do contrato, que resultou na emissão da Nota Técnica Audin N.º 05/2017 (corroborando com a posição da auditoria atuarial que atestou a correção do cálculo elaborado anteriormente). A Nota Técnica da Auditoria foi encaminhada à Diretoria de Cálculos e Perícias – DPC da Advocacia-Geral da União – AGU, por meio do Ofício Presi/Conab N.º 126, de 20/03/2017.

Em 07/02/2022, a Conab assinou contrato com a empresa Assistants Assessoria Consultoria e Participações Ltda., para prestação de serviços de consultoria atuarial para os exercícios de 2021 a 2025, acerca dos planos de previdência patrocinados pela Conab junto ao Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius. Os serviços devem abranger a elaboração de relatórios atuariais, conforme discriminados abaixo:

a) Efetuar, anualmente, os cálculos atuariais dos benefícios patrocinados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012 e do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

b) Elaborar relatórios atuariais semestrais referente à Resolução CGPAR nº 09/2016, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

c) Elaborar relatórios atuariais anuais referente à Resolução CGPAR nº 25/2018, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

No segundo trimestre de 2022, foi registrada provisão para obrigações pós-emprego, relativo ao Plano Previdenciário - Conab, com base no relatório atuarial com a posição na data de 31/12/2021, apresentado pela empresa contratada. (Nota 10).

### 21.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme cláusula nona, inciso III, item 5 da norma citada.

## Nota 22. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução N.º 3, de 31 de dezembro de

2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no 2º Trimestre de 2022 e em dezembro de 2021, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 39 – Maior e menor remuneração

Remunerações	Até o 2º Trimestre	
	Junho/2022	Dezembro/2021
Maior Remuneração Dirigente	31.591,09	32.984,86
Menor Remuneração Dirigente	31.591,09	32.984,86
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	39.293,32
Menor Remuneração Empregado	1.213,20	2.202,71

Fonte: Conab.

Tabela 40 – Salário Médios

Salários Médios	Até o 2º Trimestre	
	Junho/2022	Dezembro/2021
Dirigentes	31.591,09	32.984,86
Empregados	9.895,51	6.169,91

Fonte: Conab.

### Nota 23. Repasses e Termos de Execução Descentralizada – TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a junho/2022, foram recebidos os totais de R\$64.382 mil, para execução no exercício corrente e R\$259.427 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foi recebido da Coordenadoria Geral de Orçamento e Finanças - Mapa, o total de R\$50.000 mil, para execução no exercício corrente e R\$105.500 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para a comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), no âmbito da Agricultura Familiar, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, o total de R\$8.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Do Ministério da Cidadania, foi recebido o total de R\$13.312 mil, para execução no exercício corrente e R\$125.226 mil, para pagamento de Restos a Pagar, nas aquisições e disponibilização de alimentos a famílias indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para aquisição da produção de agricultores familiares e doação de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SE, o valor de R\$19.814 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Referente à subvenção ao Prêmio Seguro Rural foi recebido da Secretaria de Política Agrícola - SPA/Mapa, o valor de R\$1.070 mil, para execução no exercício corrente e R\$55 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para aquisição e disponibilização de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (ADA) em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, o total de R\$832 mil, para pagamentos de Restos a Pagar.

### Nota 24. Outros Assuntos

24.1 Reflexos da Pandemia - Covid-19 nas Operações da Companhia

Desde a chegada da pandemia do Covid-19 ao país, no início de 2020, a Conab, relevante parceira na execução de políticas sociais que beneficiam parte da sociedade, vem recebendo inúmeras demandas para atendimento a diversos grupos vulneráveis.

Ao longo do 2º trimestre de 2022, a Companhia seguiu adotando estratégias para proteção de seu corpo funcional, no contexto da pandemia. Manteve-se, assim, a possibilidade de realização de trabalho remoto, e priorizou-se os contatos por videoconferência, evitando-se aglomerações.

A exemplo do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, os reflexos da pandemia não inviabilizaram a continuidade de parcerias institucionais com órgãos da Administração Federal Direta, a exemplo do TED nº 08/2021, firmado em 09/12/2021 junto ao Ministério da Cidadania. No âmbito do referido instrumento, foram doadas, no 2º trimestre de 2022, 443.574 cestas, correspondentes a, aproximadamente, 9.760 t de alimentos, a cerca de 200.000 famílias indígenas do país.

O Programa de Venda em Balcão - ProVB, manteve a operacionalização das vendas nas 21 Sureg's executoras, atendendo a 5.894 clientes com a venda de 27.851 mil toneladas de milho em grãos.

Autorizada pelo MAPA, a Conab iniciou a primeira etapa da compra pública de milho em grãos (via leilões), lançando avisos para aquisição 10.300 toneladas de milho, para o abastecimento das Unidades de Venda do programa.

Em relação às ações de apoio à agricultura familiar, as entregas realizadas da modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa Alimenta Brasil processadas no 2º trimestre de 2022, totalizou R\$ 13.153 mil, em 451 municípios. Foram entregues 4.598 toneladas de produtos, por 5.426 agricultores familiares, organizados em 555 associações e cooperativas. Essa execução refere-se aos projetos contratados em anos anteriores.

Ainda em relação às ações de apoio à agricultura familiar, cumpre destacar que ainda não houve contratação de novos projetos em 2022, devido ao fato de estarem em andamento as tratativas para celebração de novo TED com o Ministério da Cidadania, visando à execução de recursos de Emendas Parlamentares para execução do Alimenta Brasil pela Conab.

Quanto à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio, no 2º trimestre de 2022, os pagamentos de subvenção direta ao produtor extrativista, amparados pela “Portaria Interministerial nº 1, de 13 de julho de 2020” para notas fiscais de 2021 totalizaram R\$ 2.461 mil, correspondendo subvenção de 6 mil toneladas de produtos para 1.566 extrativistas em 13 Unidades da Federação.

Ressalta-se que a expertise e a credibilidade da Conab contribuíram para os resultados das ações de todos os Programas e ações executados ao longo do trimestre avaliado.

### 24.2 Medidas de enfrentamento diante da Pandemia - Covid - 19

A Conab instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise em 19/03/2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, no âmbito da Companhia, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem com a manutenção dos serviços essenciais e estratégicos.

Foi disponibilizada uma página exclusiva na Intranet sobre a Covid-19 onde os empregados encontram o Plano de Contingência, Plano de Continuidade de Serviços, o Painel Covid-19, os protocolos disponíveis e atualizados e documentos oficiais expedidos pela Companhia sobre o assunto em tela.

Dentre os protocolos disponíveis estão: protocolo para o local de trabalho, para o uso de máscaras, para viagens pela Conab e o de retorno ao trabalho presencial, etc.

É obrigatório o uso de máscara em todas as Unidades da Companhia, tanto para entrar nas dependências da Conab quanto para a permanência.

Ademais, a Gebem emitiu a Nota Técnica nº 270/2020 para todas as Superintendências Regionais sobre a adoção de medidas complementares necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19), com a aquisição de protetores faciais e de termômetros digitais infravermelhos sem contato.

Visando garantir a saúde e segurança dos empregados e manter a continuidade dos negócios da Companhia, por meio do Ofício Circular Interno Presi nº 064/2021, foi prorrogada a vigência do Protocolo de Retorno ao Trabalho Presencial por tempo indeterminado, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes emanadas pelos órgãos gestores.

Em 11/03/2021, foi emitido o Ofício Circular Interno Presi SEI nº 007, com as medidas temporárias de prevenção ao contágio do Coronavírus definidas no âmbito da Conab, com vigência enquanto perdurar o estado de calamidade na saúde em decorrência da Covid-19, ou até que outro o modifique ou revogue.

Em 17/08/2021 a Presidência da Conab emitiu o Ofício Circular Interno Presi SEI nº 15/2021, informando que, para dar continuidade aos serviços prestados pela Companhia considerados essenciais e estratégicos, a Diretoria Executiva, em reunião realizada naquela data com o Comitê de Gerenciamento de Crise, determinou que ficará a cargo dos gestores da matriz e regionais a discricionariedade sobre o retorno ao trabalho presencial de seus colaboradores, devendo ser observadas as premissas gerais para garantia de um retorno seguro ao trabalho presencial.

Em 10/12/2021 foi emitido novo Ofício Circular Interno Presi SEI nº 22, determinando o retorno dos empregados da Companhia às suas atividades presenciais (excetuando-se os integrantes dos grupos prioritários enquadrados no art. 11 da Portaria nº 328/2021 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no dia 3/1/2022.

Com o aumento dos casos de Covid-19 reportados em todo o país, ficam reestabelecidas, em âmbito nacional, medidas mais restritivas de combate ao Coronavírus, a partir de 19/1 até o dia 2/3/2022, podendo este prazo ser antecipado ou prorrogado a depender do monitoramento da pandemia no país (Ofício Circular Interno Presi SEI nº 6/2022).

Em virtude das novas diretrizes divulgadas pelo Ministério da Saúde em 10/1/2022 e as instruções disponibilizadas na Portaria Interministerial MTP/MS nº 14, publicada no Diário Oficial da União de 25/1/2022, foi expedido o Ofício Circular Interno Presi SEI nº 8/2022, alterando o período de afastamento laboral presencial quando de casos confirmados ou suspeitos para Covid-19, bem como de contato com suspeitos e positivados para Covid-19.

Em 4/4/2022 foi publicada matéria na Intranet da Companhia, informe sobre a Portaria Interministerial MTP/MS nº 17, de 22/3/22, publicada no Diário Oficial da União em 1º de abril, fica dispensado o uso das máscaras no ambiente de trabalho, exceto se o ente federativo (estado ou município) determinar o contrário. A referida Portaria Interministerial revoga a anterior, de nº 14/2022.

Por meio do Ofício Circular Interno Presi SEI nº 18/2022, publicado em 10/05/2022, a Diretoria Executiva determinou em sua 1.561ª Reunião Ordinária, o retorno ao trabalho em regime presencial dos empregados, a partir de 6/6/2022, com exceção daqueles aderentes à modalidade de teletrabalho, conforme estabelecido nas normas da Companhia.

A Companhia segue vigilante em suas campanhas de incentivo à vacinação contra quaisquer síndromes gripais, incluindo a Covid-19. A vacinação é uma medida de proteção coletiva, alcançando não apenas a si mesmo, mas também aos demais colegas de trabalho.

Brasília - DF, 11 de outubro de 2022.

### GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO

Diretor-Presidente  
respondendo pela Diretoria de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas  
Portaria nº 331/2022

### BRUNO SCALON CORDEIRO

Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

### MARCUS VINÍCIUS MORELLI

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas  
respondendo pela Diretoria de Operações e Abastecimento  
Portaria nº 363/2022

### ELINALDO JOSÉ DA ROCHA

Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC DF 025579/O-7  
CPF: 606269501-63

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2º Trimestre/2022

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
No 1-08/22

Aos  
Diretores e Administradores da  
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB  
Brasília - DF

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é signifi-

cativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

#### Taxa de Depreciação Edificações

Conforme nota 4.7, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil estimada dos bens, conforme determina o CPC 27– Ativo Imobilizado. Em relação as edificações, a Companhia utiliza a taxa anual de 4%. Fomos informados que a administração revisará esta estimativa face ao prazo previsto de utilização dos imóveis, ainda durante o exercício de 2022.

#### Benefícios Concedidos aos Empregados

Embora descrito na nota 21.1, que a Companhia contratou uma consultoria atuarial, para os cálculos da obrigação relacionada aos planos de benefícios Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, conforme recomenda o CPC 33 (R1), concluindo-se que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora seria suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cíbrus, importante destacar que o parecer conclusivo atuarial não corresponde ao exercício encerrado em 30 de junho de 2022.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Auditoria e revisão das Demonstrações Anteriores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a revisão das informações contábeis intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujos relatórios datados de 14 de março de 2022 e 03 de agosto de 2021, respectivamente, continham ressalva com relação as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado conforme o CPC 27– Ativo Imobilizado. Adicionalmente, o relatório referente a 31 de dezembro de 2021 continha ressalva em relação a falta de contratação de consultoria atuarial para o período e o relatório referente a 30 de junho de 2021 continha ressalva com relação a incorreções na divulgação das informações contábeis intermediárias.

Curitiba, 25 de agosto de 2022.

**Paulo Sergio da Silva**  
**Contador CRCPR No 029.121/O-0 S-DF**  
**Marlos Nanoni Reinert**  
**Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF**  
**CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC/PR No 2906/O-5**